

# BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT

MAIO 1992 - Nº 63

Cr\$ 1.500,00

## A CS está fora do PT

*Desde 25 de maio, data fixada pela Comissão Executiva para início da vigência das decisões aprovadas pelo Diretório Nacional, a Convergência Socialista perdeu sua condição de Tendência Interna por não aceitar adaptar-se à Regulamentação das Tendências aprovada no I Congresso.*

**Página 5**

## A meta é atingir um milhão de filiados

*A Campanha Nacional de Filiação 92 aprovada pelo DN tem a meta de ampliar em 25% o número de filiados do partido. Até dezembro deveremos chegar a 1 milhão de filiados.*

**Página 6**



HUGO SCOTTE

# Traçando os rumos até 94

*O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 8 e 9 de maio, aprovou o documento "A conjuntura Brasileira e a Política do Partido dos Trabalhadores" uma contribuição para os debates do Encontro Extraordinário. Páginas 3 e 4. Veja a íntegra do documento nas páginas centrais.*

**CAMPANHA NACIONAL POR UM  
SALÁRIO MÍNIMO DECENTE**

Página 10

CARTAS DO LULA

## Desilusão

Caro Lula,

Tomo a liberdade de chamá-lo assim e de escrever-lhe porque o considero uma das poucas pessoas sérias e dignas que habitam a esfera política brasileira.

Sou de Campos (RJ) onde me filiei ao PT, apesar de nunca ter militado. O partido lá vivia num constante estado de "racha não racha", o que me irritava profundamente e me mantinha afastado. Há três anos moro no Pará, pra onde vim com o intuito de trabalhar. Entre erros e acertos, períodos de atividade e desemprego, vou tocando o barco.

Acho que o Brasil não tem jeito. A falta de caráter, honradez, lisura, moral e outros sinônimos mais estão arraigadas na alma desta nação. Estou cansado deste país e de sua gente. Apesar disso, sei que toda Sodoma e Gomorra tem seu "Lot e família".

Quando de sua última visita a Belém, eu o assisti no "Bom dia Pará" e "Sem Censura Pará". Depois fiquei me perguntando: como é que um camarada que sofreu os mais baixos ataques durante a campanha presidencial, consegue manter essa lucidez, essa coerência, essa fé nos rumos do país? Confesso que eu não soube responder, mas o saldo positivo que ficou disso tudo é que se o Lula continua por aqui e ainda tem vontade de chegar ao poder, esta "joça" ainda é viável!(...)

Cistovão Gomes de Oliveira  
Belém - PA

## Temeridade

Quero por meio desta dar parabéns pela candidatura a prefeito de São Paulo do senador Eduardo M Suplicy. Homen sério, digno e trabalhador, ideal para prefeito de São Paulo. Tem competência e boa visão.

Agora o que nos supreende e nos aborrece é um cidadão com o nome de vulgo Silvio Santos com pretensões de ser prefeito de São Paulo. Que temeridade. Faz tudo por dinheiro com o dinheiro dos aposentados ludibriados pela Aposentec (...) É mais um golpe do baú.

Manoel Coelho B. Conselheiro  
São Paulo - SP

## Tentações Parlamentaristas

**D**urante os trabalhos parlamentares da Constituintes de 1988, o PT teve um papel de grande importância para todo o povo brasileiro, pelo apoio que soube dar às lutas dos oprimidos e pela defesa intransigente dos grandes interesses nacionais.

Este papel de destaque recebeu, como fecho de ouro, o reconhecimento da grande nação brasileira, que deu ao Partido a maior e mais significativa vitória obtida por um partido popular em eleições realizadas neste país(...)

O PT naquele ano soube colocar, com sabedoria e ética, propostas da maior relevância, formulando a prática, entre nós, de um novo e moderno modelo de presidencialismo, com Parlamento forte e dotado de maiores poderes para exercer suas prerrogativas de legislar e de fiscalizar os atos governamentais, acompanhado de um sistema de representação proporcional puro, para a eleição de deputados e vereadores.

É do nosso conhecimento, que as propostas do PT, sobre presidencialismo e representatividade proporcional não foram vitoriosas em seus objetivos fundamentais, no entanto, isso não quer dizer que o nosso Partido, o velho PT de guerra, resolva jogar no lixo propostas tão importantes e tão necessárias, trocando-as pela miragem de um parlamentarismo ineficaz e oportunista, que vem sendo colocado diante da sociedade brasileira por políticos que fazem do fisiologismo a razão de suas vidas.

O Parlamentarismo, como bem disse Atos Pereira em "Magia Parlamen-

tarista" (BN nº 61), tem uma tradição muito triste no Brasil. Foi escravocrata por excelência e elitista por natureza. E ainda é.

O presidencialismo é um sistema de governo que em nosso país está em constante evolução e vem contribuindo muito para uma maior politização do nosso povo. Sabemos que as eleições para presidente, governador e prefeito são as que fazem nossa população participar com maior entusiasmo e decisão.

Se a nossa preocupação reside no fato de o Presidente da República ter em mãos tantos poderes, necessário se torna que lutemos por um Presidencialismo moderno e eficaz, onde o Parlamento seja forte e tenha poderes para exercer as suas missões constitucionais, fiscalizando e legislando em defesa da nação.

Sabemos também do grande significado que tem para o país a existência de um Tribunal Constitucional (aliás, defendido pelo PT na Constituinte de 88), destinado a defender os direitos fundamentais previstos na Constituição. Também a existência de um eficaz sistema de representatividade proporcional para a eleição de deputados federais, estaduais e de vereadores é da maior importância para o fortalecimento da nossa democracia.

É bem verdade que o nosso sistema de representação proporcional (melhor seria que fosse chamado de sistema de representação desproporcional, haja visto as profundas distorções existentes), não chega a ser o ideal mas, apesar dos pesares, ainda funciona bem melhor do que se vivêssemos sob a camisa-de-

força de um sistema distrital ou distrital misto.(...)

Não devemos nos deixar enganar pelas tentações parlamentaristas, que não têm a ver com os interesses do país.(...) Não é possível que entreguemos a defesa dos interesses nacionais a Quércia, a Brizola ou a ACM. O Presidencialismo é nosso! (...)

Quando Lula disputou a presidência da República, não devemos nos esquecer, o povo que o colocou no 2º turno e que lhe deu 31 milhões de votos o fez para que Lula fosse o chefe de governo e de estado da grande nação brasileira.

Não podemos e não devemos ficar nos desfazendo do presidencialismo, acusando-o de autoritário e anti-democrático.

Autoritária e Anti-democrática é a classe dominante.

E temos que considerar que o sistema presidencialista de governo no Brasil, mesmo atropelado e machucado pelos arreganhos inconstitucionais das nossas elites, nos proporcionou períodos de grande ascensão popular. Espero que a militância de base do PT reaja e reaja bem, contra a praga elitista do parlamentarismo (que ainda por cima vem conjugada com a triste e feudal idéia do voto distrital, novo nome dos pretendidos "currais eleitorais") e que possamos voltar às ruas como na campanha pelas diretas, contribuindo decisivamente para que o povo brasileiro possa afirmar definitivamente a sua independência nacional.

Ciro Rebouças  
Jequiê-BA

## ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom,  
com seu nome e endereço, e um cheque nominal  
ao Partido dos Trabalhadores  
Rua Conselheiro Nébias, 1052  
CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 15.000,00

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

BOLETIM NACIONAL

M A I O / 9 2 - N º 6 3

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.  
Rua Conselheiro Nébias, 1052  
CEP 01203 - São Paulo/SP  
Fones (0110) 223.7999/7904  
ou 222.2956/2875/6986

**Secretário de Comunicação**

João Machado

**Secretário Adjunto**

Markus Sokol

**Jornalista Responsável**

Marisa Lourenço - MTb-SP 18321

**Colaboradores**

Cintia Campos, Marília Boscheto,

Márcio Araújo (Brasília)

**Editoração Eletrônica**

Caco Bisol

Fotolito e impressão : Artegraf

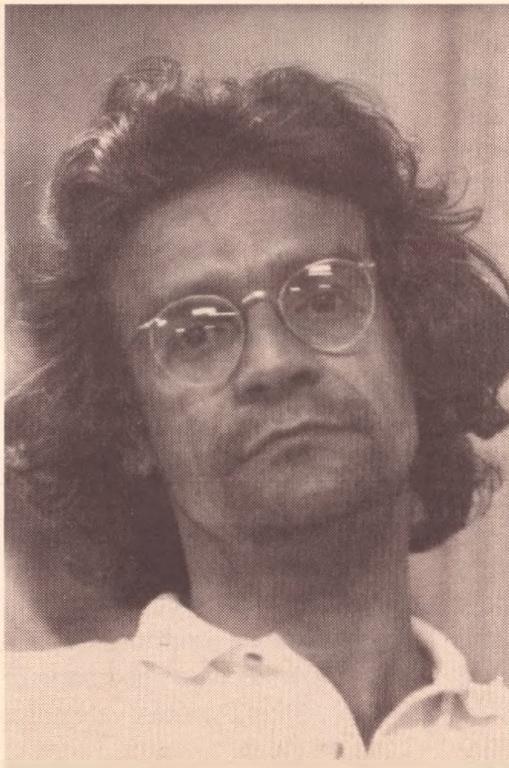
# Traçando os rumos até 1994

No I Congresso Nacional, o PT definiu as linhas gerais de um caminho até 94, quando se pretende vencer as eleições e instaurar um governo capaz de realizar profundas transformações no país.

Os desafios que o PT enfrentará neste percurso estão relacionados no documento "A Conjuntura Brasileira e a Política do Partido dos Trabalhadores", debatido pelo Diretório Nacional em sua última reunião, realizada nos dias 8 e 9 de maio, em São Paulo. Já emendado e aprovado (veja a íntegra nas páginas centrais), ele deverá servir de base para os debates do Encontro Extraordinário, que seria realizado em junho\*. Mas, apesar de todas as emendas, "o texto ainda é insuficiente", na opinião do deputado Rui Falcão.

A discussão sobre a proposta do "Fora Collor", que envolve o "impeachment" do presidente e a antecipação do plebiscito sobre forma e sistema de governo, esquentou o debate. Jorge Almeida, Secretário Nacional da Juventude e membro do DN afirma que "a CEN descumpriu as resoluções do I Congresso ao aceitar votar favoravelmente a um substitutivo do PFL a uma emenda do PSDB". Por outro lado o deputado federal José Genoio acredita que a derrota da proposta foi positiva, "pois ela não dá rumo nem perspectiva de mobilização para o Partido".

HUGO SCOTTE



## Desafiante comportado

Jorge Almeida afirma que o PT age menos como desafiante ao governo Collor e ao "Status Quo" da dominação burguesa e mais como alternativa de governo dentro desse "Status Quo".

**A**s resoluções sobre conjuntura e tática, aprovadas no I Congresso já eram insuficientes para armar o partido para a luta política contra Collor e por uma alternativa Democrática e Popular em nosso país, pois não davam uma resposta concreta à crise de governo existente já no período imediatamente anterior ao Congresso do PT. Mas a colocação em prática desta tática foi

um verdadeiro desastre. O PT está há meses fora de cena, a reboque dos fatos, sem iniciativa, incapaz de mobilizar as bases para lutar contra o governo ou para fazer o que se decide nas direções. E isto é muito grave para um partido que se pretende o principal desafiante em 94.

Mas ao invés de agir como desafiante, não só do governo, como ao "Status Quo" da dominação burguesa, parece cada vez mais se comportar como alternativa de governo dentro do "Status Quo". No Congresso, foi aprovado que, "caso se caracterize jurídica e politicamente 'crime de responsabilidade' do Presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao impeachment em defesa da democracia".

Entretanto, diante da óbvia existência dos mais diversos casos legalmente constituídos como de "crime de responsabilidade", o DN em vez de dar consequência à resolução do Congresso, passa por cima das bases, e se nega a assumir, como partido, o impeachment de Collor. É um caso típico de fracionismo por iniciativa da própria direção partidária.

A mesma coisa voltou a ocorrer na antecipação do plebiscito sobre parlamentarismo ou presidencialismo. O Congresso Nacional aprovou que "O PT se opõe, radicalmente, a qualquer tentativa de pacto das elites, pois não concordamos, em hipótese alguma, com entendimentos quaisquer que tenham como pressuposto, acordos com Collor e a manutenção da atual representação dos Estados no Congresso. Para o PT a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo só terá sentido se vier combinada

com a luta por reformas democráticas essenciais...". A CEN, também aqui, fechou os olhos para a resolução do I Congresso e aceita votar na Câmara e Senado um substitutivo do PFL a uma emenda do PSDB, que, ao contrário, garante o mandato de Collor até 1995, não prevê antecipação das eleições, e foi fruto de entendimento com Collor.

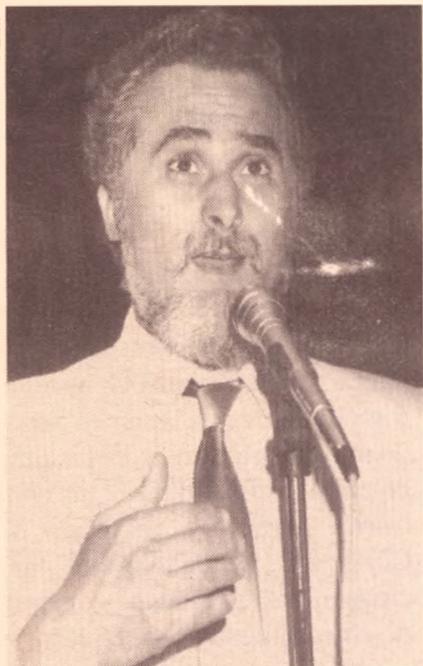
Não se trata de mistificar a palavra de ordem do "Fora Collor". De fato, mesmo ela sendo correta e expressando a vontade da grande maioria do povo brasileiro, ela não é um remédio imediato para todos os males que por si só, nos levasse ao paraíso. Longe disso. Mas, ao se negar a assumi-la sem tergiversações e criando um verdadeiro abismo entre esta e o "Basta Collor", a direção nacional desorienta e põe na defensiva a militância petista e os ativistas do movimento social que nos tem como referência. Mais que isto: ao se negar a encampar o impedimento e votar a antecipação do plebiscito mantendo o mandato de Collor até 95, o PT faz oposição a Collor, mas parece estar mais preocupado em garantir o seu mandato intocável até o final.

O pano de fundo desta política é a estratégia de ganhar a eleição presidencial de 94 a qualquer custo. Por ela a maioria da direção partidária parece quase hipnotizada.

Pela vitória e pela garantia da "governabilidade" de nosso governo. É claro que temos que construir condições de governabilidade dos trabalhadores nesse Governo Democrático e Popular. Mas se em 89 esta garantia era vista central e prioritariamente na capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores e do povo oprimido, agora é vista no beneplácito da burguesia ao nosso governo.

\* O Encontro Extraordinário foi adiado. Veja informe na página 6.

AD/RP



## Polo renovador

*José Genoíno diz que o documento aprovado pelo DN situa a necessidade do PT constituir-se num polo renovador alternativo de mudanças políticas sociais e econômicas*

**V**ejo como positiva a política de alianças que o PT vem lutando para desenvolver no Brasil inteiro e ao mesmo tempo compreendo que essa política de alianças ampla com as forças de centro-esquerda não é incompatível com a retomada da mobilização social e política dos trabalhadores e do povo brasileiro contra o arrocho e por melhores condições de vida e, principalmente, pela questão dos direitos.

Além desses pontos o documento sobre conjuntura aprovado pelo DN situa a necessidade de o PT constituir-se num polo renovador alternativo de mudanças políticas sociais e econômicas neste país para se contrapor ao governo Collor e ao neoliberalismo e constituir uma alternativa nas disputas de 92, 93 e 94, capacitando o partido para ser alternativa de governo para va-

ler, tanto nas suas elaborações, na sua representação social e política, como nas alianças com forças de centro-esquerda.

Eu acho que a complexidade da conjuntura é muito grande, acho que a resolução nem podia dar conta de toda a dinâmica do desenvolvimento da conjuntura mas é fundamental nesse momento o partido ter um rumo político para ir elaborando uma tática para enfrentar essa complexidade.

A derrota da proposta de "fora Collor" foi importante por que é uma proposta que não dá rumo nem perspectiva de mobilização para o partido, acho que do ponto de vista meramente legal ela é inviável, e, na atual correlação de forças, ela é inviável enquanto proposta de ruptura institucional.

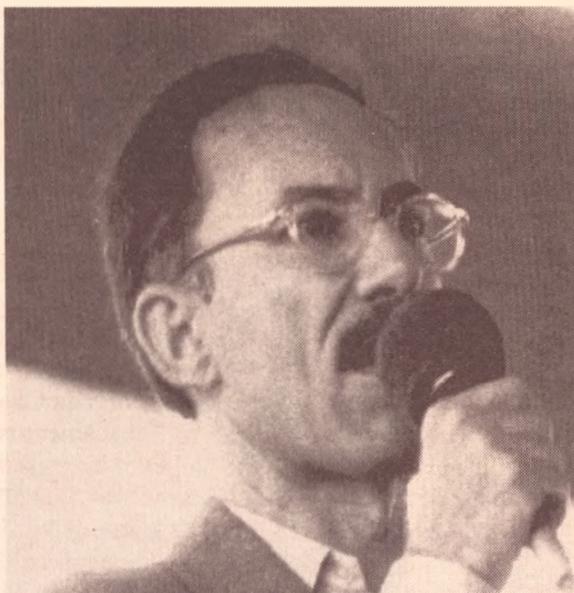
Em contraposição ao "fora Collor" nós adotamos a denúncia do governo Collor, o não ao governo Collor, dizer um basta à política de arrocho de corrupção de sofrimento e ao mesmo tempo dizer sim a uma alternativa nova de crescimento econômico, com distribuição de renda, com reformas políticas, com reformas sociais, com uma visão diferente sobre o estado e que a gente possa enfrentar a crise da decepção e frustração da sociedade brasileira criando uma nova esperança. Mostrando que o PT, juntamente com outras forças políticas, pode construir um caminho renovador radical na sociedade.

## Insuficiência

*Rui Falcão afirma que o documento de conjuntura é genérico e insuficiente, servindo apenas para a abertura dos debates do 8º Encontro*

**E**xcessivamente genérico em alguns pontos - particularmente na análise da situação internacional, na definição da política de alianças e na formulação de alternativas programáticas para o país

HUGO SCOTTE



-, o documento do Diretório Nacional para o 8º Encontro tem pelo menos dois méritos. A saber:

1. Reafirma uma diretriz petista, hoje entorpecida, de que é preciso unir a pressão popular à capacidade de propor saídas. Ou seja, reconhece que boa parte de nossos dilemas atuais, e de nossa capacidade de assumir a ofensiva, deve-se às dificuldades do partido em impulsionar a mobilização e a oposição a Collor, estimulando a luta social no país.

Com efeito, por mais que nos empenhemos à frente dos governos municipais, por mais aguerida que seja a atuação de nossas bancadas, não dá para barrar o projeto neo-liberal, nem para construir uma alternativa democrático-popular, sem um vigoroso movimento de massas em ação.

Nosso problema, portanto, não é o de inventar palavras de ordem, mas sim de restabelecer

os vínculos com o movimento popular e sindical, contribuindo, também, para que os petistas no seu interior possam redescobrir meios e métodos para assumir a iniciativa na conjuntura de baixa. Embora seja esta a parte mais razoável do texto (do ponto 5 ao 7), é preciso aprofundá-lo e equacionar melhor as tarefas do período 1992/1994.

2. Introduce uma questão nova no debate nacional do PT, qual seja a do papel do quercismo como alternativa estratégica para setores do grande capital. Setores estes que hoje se articulam não apenas para substituir Collor em 94 mas que, inclusive, estão gestando uma opção de retomada do capitalismo no país, organizando o centro conservador, setores da direita e da centro esquerda, com a colaboração de intelectuais de passado progressista e democrático.

Como texto-base, o documento do DN, apesar de crivado de emendas, é ainda insuficiente. Serve, porém, como abertura de discussão no 8º encontro. O importante, agora, é ampliar o debate para que a busca de um projeto alternativo - tão perseguido nos últimos anos - deixe de ser um fetiche paralisador e se materialize na organização de uma ampla base social ávida por mudanças estruturais na sociedade.

### ASSINE JÁ ASSINE JÁ

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME \_\_\_\_\_  
 END. \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ APTO \_\_\_\_\_  
 MUNICÍPIO \_\_\_\_\_  
 FONE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 PROFISSÃO \_\_\_\_\_

- Assinatura 12 edições Cr\$ 33.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 50,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 69.000,00
- Assinatura apoio) Cr\$ 108.000,00

# A Convergência está fora do PT

**A**pós cinco horas de debate, o Diretório Nacional do PT decidiu acatar a representação da Comissão Executiva Nacional contra a Convergência Socialista, que teve anulada a sua condição de tendência interna ao PT. A decisão foi tomada na reunião dos dias 8 e 9 de maio, em São Paulo, com 35 votos a favor da proposta vencedora.

Além da representação da CEN, o DN apreciou outras três propostas. Uma, apresentada pelo secretário nacional de Imprensa, João Machado, defendia a aplicação do Regimento Interno caso a caso contra membros da CS que ferissem a disciplina partidária. Markus Sokol, membro da CEN, propunha que o DN não adotasse sanções contra a Convergência. O deputado Marcos Rolim, do Rio Grande do Sul, propunha a manutenção de direito de tendência à CS, mas que os filiados identificados com a corrente não tivessem legenda para concorrer às eleições 92 e perdessem seus postos nas instâncias de direção.

A resolução do DN dava à CS um prazo de 15 dias para enquadrar-se nas normas estabelecidas para as tendências internas. Ao fim deste prazo, caso a Convergência não assumisse o compromisso de seguir as decisões do partido, seus membros deverão optar pela filiação ao PT ou a permanência na organização.

Mesmo excluída do PT, a Convergência vai concorrer às eleições 92 abrigada na legenda petista. Foi essa a decisão do DN, que acatou a proposta do líder da bancada federal Eduardo Jorge. O Diretório Nacional compreende que, esgotados os prazos legais de filiação a partidos-ou mesmo de legalização de novos partidos- o PT não poderia negar à CS o direito de participar do processo eleitoral.

## As causas do divórcio

A Convergência é ou não um partido abrigado no PT? Esse foi o eixo da discussão travada na reunião do DN. A maioria dos membros do Diretório Nacional demonstrou entender que sim, a CS é um partido. "A conduta dos companheiros da Convergência Socialista", explica o deputado Marcos Rolim,

"não é uma conduta de disputa mas de confronto aberto, unilateral. Independente de qualquer posição política- à direita, à esquerda, ao centro, ao espaço, não importa- a conduta dos companheiros da CS é marcada por três posicionamentos: a denúncia do PT, a calúnia sobre ações pendentes e a mobilização em torno de sua própria corrente".

O líder da bancada federal, Eduardo Jorge (SP), diz que os casos de indisciplina partidária no âmbito parlamentar "não tornavam mais grave o problema", mas ele também vê a CS como um partido. Preocupado com a imagem do PT que a Convergência projeta para fora do partido, o secretário de Relações Internacionais, Marco Aurelio Garcia lembra que seria necessário tomar medidas para que "a cacofonia interna não chegasse às últimas consequências". O deputado federal Raul Pont equaciona o problema: "as regras foram feitas para serem seguidas por todos. Se a CS não se submete por que as demais correntes deveriam fazê-lo?".

Para o secretário geral do PT, deputado federal José Dirceu o problema criado pela CS não poderia ser tratado de maneira meramente disciplinar. "A questão é política: a maioria do PT, democraticamente, optou por um caminho que a Convergência considera inaceitável". Dirceu foi o autor da representação contra a CS acatada pela Comissão Executiva Nacional e submetida à apreciação do DN.

## Guilhotina

Valério Arcary, da Convergência Socialista, concorda com José Dirceu pelo menos neste ponto: "a questão no PT não é o **fora Convergência**, mas sim o **fora Collor**. A disputa se dá entre os que querem manter o PT garantindo a governabilidade ao presidente e os que querem um PT de luta. É uma questão política, portanto". Valério entende que o DN cometeu "um erro histórico" optando por "dividir o PT num momento tão grave como o que vivemos". Ao final da votação, ele afirmou a intenção da CS em recorrer da decisão ao 8º Encontro Nacional. "Mas não vamos aceitar o ultimato, não vamos no render".

Na avaliação de muitos membros do DN, a própria CS teria acionado a guilhotina a partir da afirmação de Valério Arcary, diante do plenário, de que "entre a unidade do PT e a unidade da Convergência" optaria pela sua corrente. "Bastava um gesto da CS em favor da disciplina e a maioria do DN teria se sensibilizado", acredita um dirigente que votou na proposta apresentada por João Machado. "A exigência que nos fazem é inaceitável", rebate Valério, que não aceita ser chamado de intransigente.

Para o líder da Convergência, o comportamento de sua organização é menos de fração pública que o da bancada federal ou da Tendência Interna Articulação: "A maioria não cumpre sequer as resoluções que ela mesma aprova". Valério Arcary recusa "categoricamente" a afirmação de que a Convergência combate o PT: "Nosso combate é contra posições que imobilizam o partido".

## Recurso

Qualquer filiado do PT poderá recorrer da decisão do Diretório Nacional ao 8º Encontro Nacional, marcado para março de 1993. Com base nesse direito regimental, o secretário nacional de Juventude, Jorge Almeida, quer reverter a posição do DN. "Não podemos nos portar como a velha tradição stalinista que, antes de acontecerem os fóruns, expurga as vozes divergentes. Se a Convergência tiver que ser excluída do PT que isso aconteça no 8º Encontro, mas que se garanta a plena participação de seus membros, com direito a voz e voto".

O secretário geral do PT, José Dirceu, não vê na exclusão da CS uma ameaça à democracia interna do PT, como quer Jorge Almeida. "É a Convergência que atenta contra a democracia interna do PT ao desrespeitar as decisões democráticas da maioria". E lança um desafio: "Torço para que eles consigam constituir seu próprio partido e exercitem nele tudo o que cobram do PT: democracia interna, liberdade de expressão para todos os filiados e direito de divergência. Aí a gente vai ver, na prática, quem é que é autoritário".

## RESOLUÇÃO SOBRE A CS

*A Comissão Executiva Nacional, reunida em 18 de maio de 1992, deliberou fixar o dia 25 de maio de 1992 como a data de início da vigência das decisões aprovadas pelo Diretório Nacional, em sua reunião de 8 e 9 de maio, sobre a Convergência Socialista.*

*Se, até essa data, a CS não optar por adaptar-se à Regulamentação das Tendências Internas aprovada no I Congresso do PT (Resoluções do I Congresso, itens 34 a 39.8), a partir de então perderá sua condição de Tendência Interna do Partido dos Trabalhadores e será tratada, pelo PT, como organização político-partidária autônoma, estranha ao Partido.*

*O filiado do PT atualmente integrante da Convergência Socialista tem o mesmo prazo - até 25 de maio de 1992 - para fazer sua opção exclusivamente pelo Partido dos Trabalhadores. Se não o fizer até essa data, será desligado dos organismos partidários e bancadas parlamentares que porventura estiver integrando e, a partir de então, não mais poderá integrá-los a não ser que reveja sua opção; se, no intervalo entre 9 de maio e 25 de maio de 1992, tiver sido eleito para organismo partidário ou delegação para instância superior, perderá automaticamente essa condição a partir do dia 25 de maio de 1992, caso não tenha feito a opção pelo PT.*

*Fica mantido o direito de legenda para o candidato da CS escolhido em Encontro Municipal para disputar as eleições municipais deste ano.*

São Paulo, 19 de maio de 1992

SECRETARIA GERAL NACIONAL

# Um milhão de filiados

O Partido dos Trabalhadores, após 12 anos de intensa luta política e social, ampliou enormemente sua influência sobre os rumos do País. Porém, nossa estrutura não apresenta mais correspondência com nossa força real e representatividade social. O I Congresso, um conjunto de mudanças que renovará a estrutura e o funcionamento do Partido. Essa realidade orientou a Plenária Nacional da Secretaria de Organização, que contou com a representação de 18 estados, a apresentar e aprovar no Diretório Nacional a **Campanha Nacional de Filiação 92**.

Realizamos um diagnóstico que demonstrou que hoje o PT tem cerca de 700 mil filiados, sendo que sua maioria é cartorial e há muito tempo não realiza uma reciclagem massiva dos filiados. Que giram em torno dos DM's uma parcela significativa de militantes, ativistas e simpatizantes não filiados que infelizmente ainda não conseguimos incorporar ao Partido. Que durante a disputa das eleições municipais deste ano, aglutinaram-se em torno do PT, os candidatos majoritários e, principalmente, nos comitês dos candidatos a vereador, um grande número de simpatizantes, apoiadores e eleitores. Que apesar de aumentar nossa influência no movimento sindical, popular, de juventude, agrário, de mulheres e outros, ainda não desenvolvemos uma iniciativa mais efetiva para aumentar as adesões ao Partido. Por outro lado, é preciso associar política e organicamente os resultados positivos de nossas administrações com o fortalecimento do PT.

Este cenário é marcado pelo aumento da audiência do ideário neoliberal e, em contraposição necessitamos de maior iniciativa para debater nossa concepção de socialismo democrático, humanista e libertário e nossas propostas políticas, incorporando ao nosso projeto petista, milhares de novos filiados no País.

Frente a esta realidade, acreditamos que a **Campanha Nacional de Filiação** poderá ser um importante instrumento de renovação, oxigenação e organização para dar importantes passos para consolidar o PT como partido de massas.

Queremos com esta campanha combinar a disputa eleitoral com a ampliação massiva de nossos filiados. Lançar o partido às ruas na oposição a Collor e ampliar nossa base orgânica. Restabelecer uma nova relação com os antigos filiados e incorporan-



do-c  
ca de  
tido  
dade  
que  
gres

A Campanha será coordenada politicamente pelo Diretório Nacional, através da Secretaria Nacional de Organização e do seu Coletivo Nacional, articulada com as instâncias estaduais e municipais.

A meta da campanha é ampliar em 25% o número de filiados do partido, fazendo com que até dezembro tenhamos 1 milhão de filiados. A partir da meta nacional, cada estado planejará, organizará e coordenará o desenvolvimento da campanha junto aos municípios. Os diretórios estaduais e municipais deverão preparar matérias e panfletos específicos por setor ou movimento de acordo com suas prioridades. Estamos orientando que deverá ser associado à Campanha a divulgação de assinatura dos veículos de imprensa impulsionados pelo PT, tais como: *Jornal Brasil Agora*, *Linha Direta*, *Revista Teoria e Debate* e *Boletim Nacional*, ou ainda, vídeos que contam a história

## ENTRAR NO PT E DECIDIR OS RUMOS DO PAÍS

do PT A Campanha está sendo lançada durante os encontros estaduais e deverá prosseguir até o mês de Dezembro. Assim, penso que o empenho das executivas estaduais e municipais será decisivo para o sucesso da campanha e será o momento de acertarmos o descompasso entre a nossa força real e nossa estrutura orgânica.

Vítor Salazar

## "Impeachment"

Nota à imprensa redigida no dia 25 de maio de 1992

*O PT não admite qualquer acordo que vise barrar a criação da CPI do Congresso Nacional para apurar as denúncias contra o presidente da República.*

*O PT entende que, comprovadas essas denúncias, restará ao presidente apresentar sua renúncia. Caso contrário, é imperativo ético e político de todas as forças comprometidas com o povo brasileiro exigir o impeachment de Fernando Collor de Mello.*

*Para o PT, é obrigação moral do Congresso Nacional, da Procuradoria Geral da República, do Tribunal de Contas da União e do Poder Judiciário levar a apuração das denúncias contra Collor às últimas consequências, para que a verdade seja conhecida pelo conjunto da sociedade.*

*O presidente Collor daria uma demonstração de idoneidade se recomendasse à sua base de apoio parlamentar o voto favorável à CPI e se colocasse à disposição do Congresso nas apurações.*

*O PT considera que a saída para a atual crise institucional passa pela mobilização popular e por um arco de alianças envolvendo partidos e entidades. Para isso, propomos uma campanha pela instalação da CPI, exigindo a apuração das denúncias e o impeachment do presidente.*

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente Nacional do PT

## ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO ADIADO

A Comissão Executiva Nacional, reunida dia 18 de maio, decidiu adiar o Encontro Nacional Extraordinário, inicialmente marcado para os dias 18, 19, 20 e 21 de junho de 1992.

A CEN estava mandatada para avaliar as condições materiais e organizativas do próximo Encontro Nacional. Feito o balanço pela Secretaria Nacional de Finanças e pela SORG, a CEN decidiu que:

- considerando a inadimplência de 21 estados com o repasse regimental ao DN;

- considerando não ter o DN condições de arcar com parte do custo do Encontro, a exemplo do ocorrido no I Congresso, financiando despesas e bancando parte do rateio nacional;

- considerando que vários estados, após consulta, comunicaram à Secretaria Nacional de Finanças que não teriam condições de pagar o rateio previsto em torno de US\$ 225;

- considerando que a executiva nacional não tem poderes para alterar critérios e quoruns de participação dos municípios e estados no Encontro Nacional;

Fica adiado o Encontro Nacional de junho de 92, em princípio para março de 1993. Esta decisão, porém, poderá ser modificada caso os estados reavaliem as possibilidades de arcarem com os custos respectivos de seus delegados e cumprirem os seus repasses devidos até o dia 10 de junho de 92. Isto significa que os Estados deverão

responder até o dia 3 de junho que possuem disponibilidade financeira para arcar com os custos dos seus delegados, mais o valor dos repasses que porventura estiverem atrasados, bem como encaminharem cheques pré-datados para serem depositados até o dia 10 de junho de 92, impreterivelmente.

Neste caso, o Encontro Nacional poderá ser realizado ainda no mês de julho/92. Caso não tenhamos respostas das decisões estaduais, a Comissão Executiva Nacional assumirá a responsabilidade da decisão final.

Raul Pont, Secret. Nacional de Finanças/  
José Dirceu, Secret. Geral/ Luiz Inácio  
Lula da Silva, Pres. Nacional do PT

# A conjuntura brasileira e a política do Partido dos Trabalhadores

**C**om a realização do I Congresso, o PT definiu as linhas gerais de seu caminho até 1994, quando buscará vencer as eleições e instaurar um governo democrático-popular capaz de realizar profundas transformações econômicas, sociais e políticas em proveito das grandes maiorias.

O objetivo deste documento é o de analisar as tendências gerais da atual conjuntura, marcada pela persistência de uma crise econômica que se arrasta há doze anos e que, mais recentemente, se transformou em recessão deliberadamente impulsionada pelo governo.

O texto apontará para as consequências sociais desta política, destacando seu impacto no movimento popular. Discutirá a situação criada com a eleição de Collor, e o significado da última mudança ministerial, expressão da busca do Governo de recompor uma base social e política conservadora para implementar seu projeto neo-liberal com o correspondente corolário político: a domesticação ou quebra do movimento sindical e popular. As transformações mundiais recentes alteraram a ordem econômica e política criada após a Segunda Guerra Mundial e acentuaram a interdependência das lutas sociais e políticas. Por esta razão o documento partirá de uma breve contextualização do cenário internacional, examinando a forma pela qual ele influencia a evolução da situação brasileira e concluirá com propostas de intervenção do partido nos planos social e institucional.

## 2 - CONTEXTO INTERNACIONAL

A profunda crise capitalista dos anos 60/70 questionará as bases sobre as quais se assentavam desde o pós-guerra as relações econômicas, sociais, políticas e institucionais do mundo e abrirá caminho às profundas transformações realizadas sob o domínio do capital internacional.

A década de 80 caracterizou-se por um processo de acirramento da competição internacional e de propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e de ajustes

macroeconômicos que se estendem até nossos dias. A distribuição desigual dos custos (pagos pela crise financeira dos Estados, pelos trabalhadores e pelos países periféricos) e dos benefícios desse processo (restringidos a determinados países, empresas e indivíduos) gerou uma nova "modernização conservadora", quando importantes transformações produtivas foram realizadas em paralelo à ampliação da desigualdade e da fragmentação sociais. Ressalte-se, no entanto, que maior sucesso econômico e relativamente menores efeitos sociais foram observados naqueles países (Alemanha e Japão) que apresentaram maior articulação, organização e regulação nacional. Em contrapartida, aqueles países defensores da alternativa ultra-liberal de ajustes passivos e subordinados são os que enfrentam maiores problemas econômicos e sociais (EUA e Inglaterra).

A maior parte significativa dos custos destas alterações ocorridas nos países capitalistas avançados foi jogada sobre os trabalhadores e vai afetar o conjunto do mundo do trabalho. Apesar do surgimento de um novo tipo de trabalhador localizado em empresas líderes (mais escolarizado, participativo e polivalente) seu número é reduzido e contrasta com a ampliação do desemprego (estrutural e de longa duração), da instabilidade e desigualdade salarial (com o rompimento da atividade salário/produzividade) e do contingente de trabalhadores sujeitos a novas formas de trabalho (quase sempre precárias ou sem nenhuma proteção social).

Esse processo acentuou a fragmentação dos trabalhadores e a insegurança do trabalho, ampliando os desafios para construção de uma nova hegemonia transformadora nos países capitalistas avançados. Não sem razão, sindicatos, movimentos populares e partidos sociais-democratas ainda se encontram na defensiva, quando não em aberta crise. Nesses países, ainda não se criou uma proposta para as suas sociedades que aponte uma nova hegemonia, que extrapole a classe operária e seus tradicionais aliados e incorpore novos agentes sociais e outras contradições situadas além do local de traba-

lho e do processo de valorização.

O vazio gerado pela crise do socialismo e da social-democracia, por um lado, e a ampliação da insegurança e das desigualdades resultantes da "modernização conservadora", por outro, são o caldo de cultura, do renascimento do nacionalismo de extrema direita, chauvinista e xenófobo, como se vê em vários países europeus. Por outro lado, permite que a justa revolta das massas oprimidas e excluídas das benesses do liberalismo se expresse em explosões espontâneas e desligadas da construção de uma alternativa política como recentemente nos EUA.

Em vários países da Europa, como Itália, Grã-Bretanha, é o próprio sistema de representação política que é colocado em questão. Pode-se dizer que há uma crise de representação, que se manifesta ou pela abstenção ou pelo voto em movimentos, personalidades, ligas, numa clara rejeição não só dos partidos históricos, mas principalmente da forma de organização política dessas sociedades capitalistas.

O conflito Norte-Sul, entre países ricos e países pobres, não elimina nem dissolve, no interior dos estados nacionais desses blocos os conflitos de classe. Do mesmo modo, não cria uma contradição mecânica entre os empresários desses países: o grande capital e as empresas transacionais que comandam o novo ciclo de acumulação expandem as fronteiras e integram globalmente seus interesses.

No início desta década de 90 se observa uma nova - ainda que precária e instável - divisão internacional trabalho. No Norte, em primeiro lugar torna-se evidente o desaparecimento da bipolaridade do pós-guerra. Se desintegra a União Soviética e o bloco socialista e os EUA, vencedor da guerra fria, embora mantendo-se hegemônico nos campo militar diplomático e estratégico, vêem questionada sua hegemonia econômica. Os EUA buscam recompor-se através da constituição do bloco econômico com o Canadá e México, da renovada pressão sobre a ONU e demais organismos internacionais (FMI, BIRD, BID, GATT, etc.) e da tentativa de conso-

lidação da Pax Americana. Em segundo lugar, observa-se que Alemanha e Japão, bem sucedidos reestruturação industrial, lideram importantes áreas do globo estruturadas em blocos que concentram cada vez maiores porções dos fluxos financeiros e comerciais.

No Sul, ampliou-se a crise da dívida externa e a marginalização da América Latina e de amplas áreas do globo. A subordinação passiva aos reajustes neo-liberais, pelas elites locais latino-americanas, dificulta uma inserção internacional soberana, acentua a miséria e degradação das condições de vida e de trabalho, desarticula o movimento sindical e popular, amplia o distanciamento tecnológico e produtivo e coloca em risco crescente a democracia e a própria nacionalidade, como bem demonstram os recentes acontecimentos na Venezuela e no Peru.

## 3. O BRASIL

No Brasil dos anos 80, ao contrário da maioria dos países capitalistas avançados e da América Latina, o sindicalismo brasileiro e as forças progressistas mostraram extraordinário dinamismo e reconhecimento social. Por um lado, foram reconquistados direitos, ampliou-se a sindicalização e organizou-se a CUT. Por outro, o crescente fortalecimento do PT, a candidatura Lula e a constituição de uma inédita aliança de forças progressistas que quase chega à presidência do País na primeira eleição presidencial direta pós regime militar, mostram o crescimento do movimento popular e das forças progressistas.

No entanto, não conseguimos impedir a ofensiva conservadora e reverter a grave crise econômico-social que se estende até nossos dias. A extensão e profundidade dessa crise atinge cada vez mais fortemente nossas bases sociais (trabalhadores organizados, movimentos populares e classe média urbana), iniciando um processo de fragmentação, de favorecimento às saídas individualistas, de descrédito na democracia e de frustração.

O movimento sindical, depois de

um década de resistência e de grande dinamismo, apresentou dificuldades em se reciclar na nova fase que se abriu após as eleições de 1989. De fato, terminava a fase de exclusiva resistência e defesa e se abria uma nova, onde o movimento sindical teria que se fortalecer através de formas mais propositivas. Tratava-se de abrir o sindicalismo para novos temas (inovação tecnológica, contratação coletiva, ecologia, mulheres, etc.) e novos agentes sociais (trabalhadores do campo, informais, precários, desempregados, etc.) ao mesmo tempo em que se ampliasse o debate para as alternativas de saída para a crise, com a necessidade de discutir questões nacionais (como política tributária, agrária, industrial, previdenciária, etc.). Em outras palavras, trata-se de reverter a crise e combater as grandes tendências adversas às forças progressistas, e que tendem hoje a pulverizar os movimentos sociais, despolitizar/"desnacionalizar" as discussões e atomizar as "soluções".

A crise dos anos 80 e que se prolonga até hoje é uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente e incapaz de dar conta da incorporação dinâmica à economia internacional. Para a redefinição do nosso desenvolvimento seria necessário, portanto, reordenar-se os parâmetros de produção, acumulação e consumo, restaurando-se as condições de funcionamento do Estado, redefinindo-se o padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, modificando-se as normas de incorporação do progresso técnico e as formas de inserção internacional do país, iniciando-se um processo de desconcentração de renda e reorientando o conjunto das relações de trabalho.

O governo Collor, no entanto, voluntarista e subordinado aos paradigmas liberais, apenas adiou temporariamente a explosão de preços, sem articular democraticamente os parâmetros de um novo padrão de crescimento, indispensável à uma estabilização duradoura. Na busca da subordinação brasileira à "modernidade conservadora", Collor apenas limitou-se a acelerar de forma atabalhoada a abertura da economia, destruir ainda mais a capacidade reguladora do Estado, fazer concessões indevidas visando acelerar as negociações com o FMI e os credores internacionais e realizar sucessivas ondas recessivas visando combater a inflação, que termina por colocar em risco a capacidade industrial e produtiva do país.

Nos primeiros meses de 1992, depois de dois anos de mandato, o atual governo viu-se submerso em um verdadeiro "mar de lama",

desgastado por sucessivas denúncias de corrupção e pelos fracassos de vários planos de estabilização. A reforma ministerial realizada em abril de 1992 tentou romper o isolamento político e retomar a governabilidade de um executivo acuado.

O resultado, porém, foi pífio e o desgaste do novo Ministério promete ser acelerado. Por um lado, o caráter político conservador do governo ficou mais nítido, tornou-o cada vez mais refém do fisiologismo e da negociação caso-a-caso, no velho estilo do "é dando que se recebe". Por outro, a preservação da estratégia recessiva em pleno ano eleitoral exigiria quedas substantivas da inflação. Isto, porém, não deverá acontecer. Pelo contrário, vários produtos, como alugueis e vestuário, já pressionam os índices inflacionários, colocando-os em clara elevação no mês de abril.

Não menos importante, o principal elemento do controle inflacionário continua situando-se na manutenção de uma terceira onda recessiva, que afeta dramaticamente emprego e salário e coloca a economia - com a ajuda de uma atabalhoada abertura - às portas de um inusitado processo de desindustrialização que começa a assustar vários grupos de empresários. Estes, depois de aceitarem passivamente a receita liberal de integração parcial e subordinada ao capital e à dinâmica internacionais, vêm de maneira inusitada questionando crescentemente esta estratégia neo-liberal, movimento este visível através da iniciativa dos governadores, documentos críticos do IEDI que passam a circular mais amplamente entre os empresários, consolidação da candidatura E. Kapaz na FIESP, recentes artigos de Delfin na "Folha", etc. Estes empresários, que pareciam ter "dado um tempo" depois das mudanças ministeriais e da estabilização temporária da inflação, voltaram à carga nos próximos meses.

Além disso, setores do grande capital, com presença marcante em São Paulo, articulam uma alternativa à política de Collor e a seu Governo, em torno do Governo Fleury, expressão mais refinada do quercismo. Esse projeto, que se apresenta desde já para a disputa de 94, com Quércia ou Fleury para presidente, organiza o centro conservador, constrói um programa coesionando sua base social, coopta setores da intelectualidade e do centro esquerda e adota o intervencionismo estatal como política para viabilizar um novo padrão de acumulação. Diferentemente do Governo Collor, que provocou um curto-circuito na ciranda financeira, o projeto quercista redireciona recursos financeiros do Estado e da iniciativa priva-

da para áreas de investimento sem risco, reservadas a setores monopolistas. Nesse sentido, o combate ao Governo Collor e ao neo-liberalismo não deve impedir que travemos uma oposição sem trégua ao jeito quercista de governo e a seu projeto estratégico.

Nas Forças Armadas, assistimos o aprofundamento de uma crise de identidade, agravada pela falta de recursos e pelos movimentos por maiores salários, articulados pela média oficialidade. Prisioneiros de uma doutrina e de uma concepção ideológica da Guerra Fria, as Forças Armadas brasileiras ainda não formularam uma nova doutrina para sua atuação. Ficam amarradas pelo discurso nacionalista de direita, a pretexto de defender a Amazônia, que parece substituir o anti-comunismo, e das propostas norte-americanas que propõem um controle sobre as atividades militares, indústria de armamentos, pesquisa e produção tecnológica, particularmente nuclear, no Terceiro mundo, destinando às Forças Armadas a missão de combater o narcotráfico e a garantia da ordem ecológica e social em seus países.

Também no Brasil o modelo político consolidado pela Constituição de 88 vive uma crise de representação, seja pelo alto número de votos em branco, nulos e abstenções, seja pela crise partidária, agravada pelo debate sobre sistema de governo.

A pequena funcionalidade e capacidade política do Congresso Nacional e a crise de representação dos partidos e do sistema eleitoral pode se agravar nas eleições municipais deste ano, o que significa - num quadro de recessão, desemprego, aumento da miséria e de corrupção - caldo de cultura para aventuras golpistas e reformas autoritárias.

Não há como fugir de uma ampla reforma no sistema político brasileiro. Primeiro, porque essa é uma das condições para democratizar o País. Depois, porque não se pode permitir que o atual sistema político sirva de pretexto para justificar o fracasso do neoliberalismo e do próprio Governo Collor - fracasso esse que nos empenhamos por confirmar.

#### 4 - OS CENÁRIOS DA CRISE BRASILEIRA

Para melhor discutir as alternativas que se abrem para os movimentos populares, as esquerdas, em geral, e o PT, em particular, convém examinar os possíveis desdobramentos da atual crise, que podem esquematicamente ser ilustrados pelos seguintes cenários:

I - Desestabilização Institucional

- A persistência da inflação, explosivamente combinada com o aprofundamento da recessão, com todas suas conseqüências sociais, pode levar setores importantes da população a reações incontroláveis. Esta situação será mais grave se o governo se revelar incapaz - como tem sido o caso até agora - de constituir uma sólida base de sustentação política e social. As classes dominantes e suas precárias representações políticas não se têm revelado capazes de por-se de acordo em torno de um projeto nacional comum. Os acontecimentos recentes da Venezuela e do Peru são exemplos de uma crise em que o Brasil pode mergulhar, sobretudo se se aprofundarem as inquietações nas Forças Armadas e aumentar a corrupção, com a correspondente desmoralização das instituições. Quando a maioria da população, sobretudo os setores empobrecidos, não vê mais vantagens na democracia política, abre-se o caminho para todo o tipo de aventuras institucionais de caráter autoritário.

II - "Êxito" do ajuste neo-liberal - O prosseguimento da política recessiva, de privatizações e de abertura para o exterior, acaba por produzir um considerável recuo da inflação, dando ao governo a sonhada estabilidade política. Os exemplos apontados são os da Argentina, México e, em certa medida, Chile. O sucesso de uma tal alternativa enfrenta obstáculos enormes. Em primeiro lugar supõe uma grande derrota do movimento sindical e popular e das esquerdas (como ocorreu na Argentina e no Chile nos anos 70), que perderiam sua capacidade de resistência a uma política com custos sociais elevadíssimos. Em segundo lugar, implica alcançar uma considerável homogeneidade nas distintas facções da burguesia, o que é difícil de ser obtido. A economia brasileira é muito complexa e dependente do Estado. A "abertura", o "mercado" e outros elementos de um novo ajuste macroeconômico de tipo liberal destruiriam boa parte do empresariado e indisporiam setores consideráveis da "classe política" com o governo, como se vê todos os dias na reação dos governadores, por exemplo. Mas mesmo com todos estes obstáculos, esta hipótese não é impossível de materializar-se, pois ela se beneficia da gravidade da crise, das dificuldades do movimento popular e das tendências da economia mundial. O "êxito" de uma política deste tipo passa necessariamente pela criação de ilhas de prosperidade



OLAVO

vertam a atual situação em que se encontram os assalariados e outros setores marginalizados da produção e do consumo, o que passa pelo fim da recessão;

(“modernidade”) num mar de pobreza e marginalização. Assim, tal êxito pode recriar novas e mais profundas condições de instabilidade social e política.

III - Continuação da Crise - O governo “empurra com a barriga” a crise. A crise econômica e social tira dos distintos setores sociais e políticos capacidade de uma resistência mais efetiva que lhes permitiria levantar um projeto alternativo, mas, ao mesmo tempo, não dá ao governo (ou a outros aventureiros) a possibilidade de implementar exitosamente os cenários I ou II. Estaríamos diante de uma situação semelhante a que ocorreu durante o Governo Sarney. É evidente que uma situação pantanosa como essa não pode durar eternamente, ainda que possa prolongar-se por um período mais longo do que se imagina. Este cenário pode servir de intervalo para os dois anteriores ou para o que segue.

IV - A construção de uma alternativa popular - A retomada das lutas sindicais e populares, superando as dificuldades de mobilização atual e os limites do corporativismo, cria bases para a construção de um projeto nacional alternativo, capaz de frear a ofensiva neo-liberal. Isto passa pela retomada da iniciativa popular e das esquerdas e se traduz na formação de um movimento popular de oposição de grande porte capaz de dividir e/ou paralisar setores do empresariado e atrair grandes contingentes das camadas médias. Os eixos de mobilização desta alternativa são:

\*) medidas emergenciais que re-

\*) anúncio de um programa de médio e longo prazos que aponte para a retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e enfrentamento dos graves problemas sociais que o país enfrenta cronicamente;

\*) o aprofundamento da democracia política (daí a importância de uma estratégia para a revisão constitucional) e um vasto programa de reforma/democratização do Estado;

\*) a expressão político-institucional dessa alternativa passa pela formação de uma aliança com forças de esquerda e de centro-esquerda para o enfrentamento da ofensiva governamental contra os trabalhadores e para disputar as eleições de 1992 e de 1994, criando condições de governabilidade do país no marco de um programa de reformas econômicas, sociais e políticas radicais que revitaliza a questão do socialismo no Brasil. A amplitude dessa frente deve ser a maior possível, desde que compatível com o caráter de um governo democrático popular. A política de alianças é complexa e apresenta enormes dificuldades, pois o comportamento dos eventuais aliados é muitas vezes oscilante. O sucesso do PT neste terreno está diretamente ligado à sua capacidade de mobilização social e à intensidade e profundidade das lutas que venha a impulsionar.

### 5. DESAFIOS E DEFINIÇÕES DO PT

Os desafios do PT são públicos e, desde 89, estão na pauta do Partido: a mobilização social; nossa ação ins-

titucional nos governos e no legislativo e nossa alternativa em 94 e na questão do sistema de Governo e da Revisão Constitucional e, por fim, o próprio PT, sua ação política e organização.

Devemos começar por impedir que nossa política separe a mobilização social de nossa ação institucional. Toda nossa experiência na construção do PT e de um projeto alternativo prova que não avançamos no institucional sem mobilização e não avançamos no social sem uma perspectiva institucional.

Na questão da mobilização social, devemos assumir, de início, que nenhum fator objetivo - recessão, desemprego, desilusão política, divisões na CUT - pode justificar a nossa incapacidade de impulsionar a oposição popular ao Governo Collor. Sem superar esse primeiro desafio, o PT estará prisioneiro da disputa exclusiva no nível institucional. Logo, a primeira prioridade da nova direção nacional deve ser a retomada da mobilização social, reorganizando a direção e a estrutura do Partido, nossas relações com a CUT e o movimento social, priorizando as reivindicações e lutas sociais e sua articulação com nossos governos, bancadas e a luta institucional.

Reafirmamos as deliberações do 1º Congresso e a política do PT, de oposição ao Governo Collor. Nosso objetivo é construir uma alternativa de governo e um bloco político social para, com um programa democrático e popular, levar Lula ao Governo em 94. Essa alternativa passa por uma política de alianças partidárias e sociais e pela definição de um programa de reformas políticas e uma ordem econômica democrática para a sociedade brasileira que signifiquem uma ruptura com a proposta neo liberal e a atual estrutura econômica e social do Brasil.

Nossa experiência nos Governos Municipais e no Parlamento confirma a necessidade de uma política de alianças e coalizões para governar, fazer reformas e derrotar Collor e sua política econômica. Por outro lado, essa mesma experiência demonstrou que nossos limites nos governos municipais e no parlamento estão dados pela estrutura institucional do País e pelo grau de mobilização e participação popular, colocando na ordem do dia a necessidade da democratização do poder e da participação popular no Estado.

Desde o 1º Congresso, tanto no PT quanto no movimento sindical há uma disputa política em torno da palavra de ordem “Fora Collor” e, recentemente, em torno da antecipação do plebiscito sobre sistema de gover-

no e revisão constitucional. É evidente que as divergências se dão a partir de avaliações diferentes da situação dos movimentos sociais e do acúmulo e capacidade de luta e organização do PT e da CUT, já que a proposta de “Fora Collor” pretende, em tese, o fim do Governo Collor, seja através da sua renúncia, do impedimento legal do Presidente ou mesmo da antecipação da implantação do parlamentarismo (no caso do PT, com eleições gerais e reformas democráticas).

Nas condições atuais do movimento de oposição no Brasil e da luta popular e sindical, a proposta de “Fora Collor” não encontra apoio nos partidos de oposição (com exceção do PC do B) e nem na sociedade civil e não tem uma proposta de substituição do Governo Collor, já que não apresenta nem como a consigna “Fora Collor” seria concretizada e nem que Governo substituiria o atual, com que arco de forças e partidos.

Mesmo a proposta de parlamentarismo já ou de “impeachment” de Collor - esta, evidentemente, correta do ponto de vista legal e político - padecem dos mesmos problemas da proposta de “Fora Collor”.

A debilidade dessas propostas, que não levam em conta a desmobilização sindical e política do País, fica evidenciada quando seus principais defensores se opõem a revisão constitucional ou a antecipação do plebiscito com o argumento de que não temos mobilização, força política e parlamentar para evitar retrocessos na revisão constitucional. Argumento que vale, também, para a proposta de derrubar ou por fim ao Governo Collor.

A proposta, aprovada pelo Diretório Nacional, de antecipação do plebiscito para abril de 93, em votação no Congresso Nacional, pretende apenas criar entre abril e outubro (data do início da Revisão Constitucional) um tempo político para o debate daquela revisão determinada pela Constituição em suas disposições transitórias. Se a mesma será restrita às mudanças originárias do plebiscito sobre sistema de Governo ou será ampla, somente o STF poderá resolver, cabendo ao PT definir sua posição contra ou a favor da revisão ampla e sobre sistema de governo.

### 6. PT: PROBLEMAS E SAÍDAS

Se é verdade que a maioria do Partido não concorda com as propostas que se expressam na palavra de ordem “Fora Collor” ou com aqueles que se opõem à política de alianças aprovada pelo DN, isso não significa que a atual política petista de oposi-

ção ao Governo Collor ou mesmo a atual situação do Partido de suas relações com os movimentos sociais, particularmente a CUT, sejam aceitas ou não exijam mudanças na política da direção nacional do PT.

A primeira exigência que a própria realidade nos cobra é uma mudança radical nas relações políticas dentro do PT e na forma de organização e direção do Partido. O novo estatuto a ser debatido e aprovado pelo Encontro Nacional Extraordinário é um primeiro e importante passo nesse sentido. Mas é preciso um desbloqueio nas relações do PT e dos movimentos sociais e com a sociedade. Precisamos retomar as relações orgânicas com a CUT e com os movimentos em geral e ter uma intervenção cultural e de solidariedade na sociedade. Nenhum movimento, protesto, reivindicação ou manifestação de insatisfação ou rebeldia pode ficar sem apoio do PT. Nosso papel é apoiar, impulsionar e fazer expandir as lutas e reivindicações sociais, fazendo-as repercutir no institucional, transformando-as em pressão organizada, luta social e propostas de Governo e de mudança.

Um partido, para jogar esse papel na sociedade, precisa não apenas ter propostas políticas, capacidade de ampliar e fazer alianças, de governar, mas, principalmente, estrutura para realizar essa política. Por isso, é urgente dotar o PT de recursos humanos e materiais à altura de um partido que dispute o poder no Brasil e impulsione um amplo movimento social. Essa deve ser a principal tarefa dos nossos organismos de direção do Partido, que para isso deverão ter um novo padrão de funcionamento coletivo.

Nesse sentido, a reorganização do Partido em nível nacional para fazer frente às tarefas de formular políticas para a disputa de 93 e para ser alternativa em 94 é a principal função da direção a ser eleita no Encontro de junho. De imediato precisamos dotar a direção de instrumentos e políticas para a luta social e o apoio às mobilizações e lutas populares e sindicais, retomando nossas relações com a CUT e movimentos populares como os do Sem Terra, Aposentados, Habitação, Estudantil. Por outro lado, retomar os laços orgânicos da direção nacional e do Partido com nossas bancadas e governos para impulsionar uma política geral de oposição a Collor e de atuação e articulação com as lutas sociais.

Por fim, devemos fazer um balanço e redefinir nossas relações com o Governo Paralelo como centro produtor de políticas para o Brasil, colocando na ordem do dia do Partido e do Governo Paralelo nossas propostas para a revisão constitucional e a ela-

oração, pelo Partido, de um programa alternativo de governo.

Um balanço político e histórico de nossa política de alianças e de nossas relações no parlamento, nas eleições e na sociedade com os partidos que, desde 85, têm no parlamento, nas eleições e nas lutas sociais, participado de propostas e lutas comuns com o PT, é uma necessidade imperiosa, com o objetivo expresso de articular um bloco de oposição a Collor e alternativo para 94.

### 7. PROPOSTAS E EIXOS PARA A MOBILIZAÇÃO

É hora de o Partido - além de suas tarefas eleitorais, de sua atuação nos governos e no parlamento e de sua reorganização - impulsionar a mobilização e a oposição popular a Collor e estímulo à luta social no País. Para isso, não devemos inventar campanhas ou colocar para o movimento tarefas ou objetivos irrealizáveis na correlação de forças possíveis no período. Devemos impulsionar os movimentos e as reivindicações que questionam objetivamente a política do Governo Collor, dando a elas um caráter nacional e imprimindo às reivindicações um sentido institucional. Esse é o papel do PT na conjuntura.

É evidente que, se o Partido quiser cumprir esse papel, sua direção, secretarias e dirigentes precisam atuar nesse sentido e articular suas bancadas e propostas políticas com esse objetivo. Isto significa dotar o Partido de instrumentos de propaganda, realizar plenárias setoriais, mobilizar a militância e dar condições para a ida às ruas e à luta, ter relações orgânicas e políticas com os movimentos e, por último, capacidade para formular propostas e articular alianças. É preciso unir a pressão popular à capacidade de propor saídas.

O PT não deve descartar ações exemplares que, combinadas com mobilizações massivas, dão à luta um caráter nacional, como nos ensinou recentemente o movimento dos aposentados e o Sindicato de São Bernardo na mobilização para o acordo com as montadoras. É preciso ter iniciativas centralizadas e, ao mesmo tempo, descentralizar a luta e as manifestações por todo o País, fornecendo material e orientação que viabilizem a atuação dos militantes e ativistas em nível nacional.

Como propostas de mobilizações que estão colocadas para a sociedade e o que o PT pode apoiar e generalizar, apresentamos as seguintes:

1. Previdência social e FGTS
2. Política salarial e distribuição de rendas
3. Educação e pesquisa tecnológica

4. Violência e menores de rua
5. Política agrícola e reforma agrária
6. Corrupção e controle dos gastos públicos
7. Dívida externa e privatização
8. Reforma tributária

Nosso objetivo é que o Partido articule com os movimentos sociais e suas entidades e com outros partidos de oposição campanhas e apoio nacional às lutas já existentes, dando um sentido político nacional a essas lutas, apontando para alternativas que se traduzem em propostas de governo.

## A D E N D O

### Campanha Nacional Por Um Salário Mínimo Decente

*“Quem recebe salário mínimo neste país é justamente a parcela da classe trabalhadora que não está organizada em sindicato nem em partido político. A CUT, os sindicatos, e também o PT, não podem mais ficar falando cada um para a “sua parte” da classe trabalhadora. É obrigação de nós todos dialogar com essa parcela desorganizada e ir para as ruas defender os seus interesses”.*

(Luiz Inácio Lula da Silva - 1º de maio - São Bernardo do Campo)

A vitória de Collor no Congresso Nacional - fixando o salário mínimo no patamar de Cr\$ 230.000,00 e impedindo seu reajuste bimestral - foi obtida às custas de todo tipo de negociatas (que incluíram até a promessa de construção de um gasoduto no Rio Grande do Sul) e de farta distribuição de cargos nos diversos escalões do governo.

A nova lei do mínimo representa um profundo ataque às já infamantes condições de vida da parcela mais pobre dos trabalhadores brasileiros - 40% da População Econômica Ativa ganha até 1 salário mínimo. Aí se se incluem igualmente os desempregados e os aposentados, pois tanto o seguro-desemprego quanto os benefícios da Previdência Social estão baseados no salário mínimo.

Entretanto, essa enorme parcela da população não possui canais de organização para se contrapor à ofensiva do governo e não está sendo atingida nem pelos partidos políticos de esquerda nem pelas organizações sindicais. Situa-se, na prática, à margem da cidadania.

É responsabilidade de todas as

organizações da classe trabalhadora, em particular o Partido dos Trabalhadores, tomar a frente de um amplo movimento de defesa das condições de vida destes brasileiros. É absolutamente imprescindível que tenhamos a capacidade de transformar a nossa indignação e nossa política de oposição a Collor em ações concretas, vinculadas à realidade imediata do nosso povo, a começar da luta por um salário mínimo decente.

Com todas as limitações, o PT é o único partido que se relaciona com amplos setores oprimidos da população. As prefeituras do PT pagam pisos maiores que o salário mínimo de Collor. É o PT, portanto, o Partido que pode estabelecer esta campanha.

Assim, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido nesta data, decide deflagrar uma Campanha Nacional Por um Salário Mínimo Decente e conclama todos os dirigentes, prefeitos, parlamentares, militantes e filiados petistas a nela se engajarem, tomando parte nas atividades que serão programadas e tomando outras iniciativas a seu alcance.

Essa Campanha deverá ser detalhada pela Comissão Executiva Nacional e pelas instâncias executivas dos demais níveis, devendo basear-se nas seguintes orientações práticas:

1. **Coleta de assinaturas** para o Projeto de Lei de iniciativa popular da CUT/CGT. Esta iniciativa não impede a apresentação de um projeto pela própria bancada.
2. **Confecção de cartazes**, folhetos, adesivos, camisetas etc, a tempo de serem distribuídos nos encontros estaduais.
3. **Pronunciamentos dos prefeitos** do PT, através de todos os meios de comunicação a que se possa ter acesso para serem incluídos nos folhetos.
4. **Inserções de chamadas** na TV, rádio, etc.
5. **Conclamação de Lula** aos demais partidos para que assumam a campanha.
6. **Inclusão da luta** por um salário mínimo decente nos materiais de campanha dos candidatos majoritários em todos os municípios, particularmente nas grandes cidades.
7. **Visitas a todos os filiados** do PT para que subscrevam o Projeto de Lei.
8. **Bancas de coleta de assinaturas** nas ruas, feiras e outros locais de grande concentração popular.
9. **Divulgação ampla**, no dia 5 de cada mês, do valor do SM em US\$, comparando-o com os gastos com alimentação, escola, lazer etc, e demonstrando quantas horas de trabalho uma pessoa que ganha salário mínimo necessita para comprar determinados gêneros essenciais.

## Solidários com os democratas peruanos

Nota do DN sobre o golpe  
no Peru



"Fujivormis Tirannus"

O Partido dos Trabalhadores condena veemente o Golpe de Estado perpetrado pelo presidente Fujimori, em conluio com as Forças Armadas Peruanas.

A política econômica de Fujimori seguindo orientação do FMI aprofundou a crise econômica, e sobretudo social, em que se encontrava mergulhado o Peru. O Golpe expressa a incapacidade dos aventureiros que se lançaram na política na América Latina, de governar seus países no marco da democracia e em proveito das maiorias nacionais.

Os acontecimentos de Lima, hoje, como os de Caracas há poucas semanas são a demonstração do efeito desestabilizador que têm sobre as instituições democráticas as políticas neoliberais na América Latina.

O Partido dos Trabalhadores expressa sua solidariedade com as organizações irmãs do Peru, conclama a um amplo movimento de solidariedade com os trabalhadores e democratas peruanos e exige do governo brasileiro uma condenação do Golpe e, como medida preliminar, a retirada de nosso Embaixador de Lima.

O Partido dos Trabalhadores

junto com mais de 70 partidos que integram o Foro de São Paulo irá impulsionar ações tendentes ao pronto estabelecimento das liberdades democráticas e da justiça social no Peru.

**Luíz Inácio Lula da Silva**  
Presidente do Partido dos  
Trabalhadores

**Marco Aurélio Garcia**  
Secretário de Relações  
Internacionais

## Referendum Popular

A deputada Sandra Starling esteve na Suíça debatendo as consequências dos acordos com o FMI nos países latinoamericanos

A convite de várias entidades (feministas, igreja, ambientalistas, a internacional, etc) visitamos a Suíça, no início do mês de abril, para debater as consequências dos acordos com o FMI nos países da América Latina. A iniciativa se prendeu ao fato de que tais entidades patrocinavam a realização de **referendum popular**, a se realizar no dia 17 de maio, com relação à decisão governamental de ingresso daquele país no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial.

É interessante notar que, por um lado, o pedido de **referendum** (necessariamente precedido da coleta de 50.000 assinaturas de eleitores) foi apoiado pelos grupos e organizações de esquerda que questionavam o ingresso de seu país no FMI, por discordarem do receituário imposto por aquele organismo aos países em desenvolvimento e suas danosas consequências para a população de média e baixa renda. Por outro lado, apóiam também a rejeição ao ingresso no FMI o fortíssimo setor financeiro por razões opostas às que movem aquelas entidades. É que para os grandes banqueiros suíços, o país não deve desperdiçar divisas com outros países e, sim, continuar a aplicá-los apenas na própria Suíça.

O Partido Socialista que compartilha o governo e detém o Ministério da Fazenda, encontra-se em situação bastante ambígua. Por sua alta direção definir a rejeição ao FMI e o apoio ao **referendum**, mas pressionado pelo seu próprio representante no Governo, acabou realizando um congresso onde a decisão foi a de liberar seus militantes (inclusive parlamentares) a adotar a posição que desejarem.



ADIRP

Ao longo de seis dias visitamos St. Gallen, Zurich, Genève, Biel e Bern participando de debates, coletivas à imprensa e reuniões com setores específicos, como o de mulheres sindicalistas. A todos levamos dados e avaliações sobre a dívida externa brasileira, o agravamento da situação social (concentração de renda, desemprego, carência na área de saúde e educação, etc) e os termos do acordo recentemente assinado entre o governo brasileiro e o Fundo.

Dois outros assuntos mereceram também especial atenção nessa agenda de visitas: em 1º lugar, a questão da violência contra a mulher e, em 2º lugar, a discussão sobre a nova lei de propriedade industrial, em tramitação no Congresso Brasileiro. É que as entidades que patrocinaram nossa viagem também se acham engajadas em campanhas pela igualdade entre os homens e mulheres e em jornadas contra o patenteamento na área de biotecnologia.

**Sandra Starling**  
Deputada Federal PT-MG

## EUA intensifica bloqueio contra Cuba

*Bush pretende transgredir  
normas legais internacionais  
para alcançar seus objetivos*

O PT recebeu uma nota da Embaixada de Cuba na qual há várias denúncias em torno de medidas de intensificação do bloqueio contra Cuba por parte do governo norte-

americano, reiteradas pelo Presidente George Bush em declaração feita dia 18 de abril passado. Entre outras ameaças, Bush proclamou sua intenção de violar o reconhecido princípio da liberdade no mar, proibindo a entrada em portos norte-americanos de barcos que realizem intercambio comercial em Cuba, transgredindo abertamente normas legais internacionais, segundo as quais nenhum Estado pode exercer atos de pressão, coerção e outros contra o livre comércio marítimo e contra a liberdade de navegação.

O Partido dos Trabalhadores reitera seu repúdio à política norte-americana de manutenção do bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba, e torna a manifestar sua solidariedade com o povo cubano, que sofre as consequências desta agressão contrária à prática adotada por governos e nações civilizadas.

## Visita do Prefeito de Barranquillas, Colômbia

Depois de visitar o Rio de Janeiro e Angra dos Reis, Bernardo Hoyos, prefeito eleito de Barranquillas nas recentes eleições colombianas e Angelino Garzón, sindicalista, estiveram em São Paulo entre os dias 2 e 6 de abril.

A candidatura de Bernardo Hoyos foi apoiada pela Aliança Democrática - M19 (AD-M19) e todas as forças de esquerda e progressistas, incluindo Igreja e sindicatos.

Barranquillas é a segunda cidade mais importante da Colômbia, com 1.800.000 habitantes e um importante porto no mar do Caribe.

O objetivo central da viagem foi conhecer nossas experiências de Administração. Assim, eles visitaram as prefeituras de São Paulo, Santos, São Bernardo e Diadema. Também foram recebidos por Lula e Marco Aurélio Garcia, na Sede Nacional do Partido.

No dia 7 e 8 de abril os companheiros colombianos visitaram Curitiba, onde foram recebidos pelos nossos companheiros do PT, que organizaram a agenda nessa cidade.

# Um amarelado 1º de maio

*As manifestações de 1º de maio poderiam ter sido uma forte demonstração da insatisfação popular com o governo Collor. Mas não foram.*

**A**pós um esqualido 1º de maio - cujos atos reuniram uma média inferior a 2 mil pessoas nas capitais - e a derrota da proposta de salário mínimo das oposições no Congresso Nacional, a CUT procura agora reforçar a campanha de coleta de assinaturas para o seu Projeto de Lei de Iniciativa Popular do Salário Mínimo, elaborado em conjunto com CGT e CONTAG (veja matéria nesta página), ao mesmo tempo em que intensifica contatos com as demais centrais -Força Sindical inclusive- na busca da formulação de propostas políticas e econômicas do interesse imediato dos trabalhadores.

Em uma conjuntura marcada por profunda recessão, pelos baixos salários e pelo aumento do desemprego, as manifestações de 1º de maio poderiam ter sido uma forte demonstração da insatisfação dos trabalhadores com o governo Collor e um momento de acúmulo de forças na luta contra o conjunto de suas medidas econômicas, em particular a política salarial e de preços.

Poderiam, mas não foram.

Na maior delas, no estádio de Vila Euclides em São Bernardo do

Campo, pouco mais de 7 mil pessoas compareceram para ouvir Lula, Vicentinho, Jair Meneguelli, os prefeitos petistas da região e várias lideranças sindicais e populares. Isto quando apenas 1 semana antes mais de 12 mil trabalhadores da Autolatina haviam paralisado por duas horas a Via Anchieta, em protesto contra o aumento no preço dos automóveis sem a apresentação da planilha de custos aos trabalhadores -o que descumpria parte do acordo firmado com o sindicato e o governo do estado. Na Praça da Sé, em São Paulo, o comparecimento foi ainda menor, não passando de 2 mil pessoas.

Em Salvador, Rio de Janeiro e Vitória as manifestações conseguiram reunir em torno de 5 mil pessoas, enquanto em capitais como Belém, Recife e Goiânia este comparecimento ficou entre mil e 2 mil pessoas.

Para a maioria dos trabalhadores as manifestações de 1º de maio acabaram aparecendo como algo desvinculado da luta pelos seus interesses imediatos. Diz a velha máxima que "discurso não enche barriga", e assim a maioria não se sentiu animada a gastar energias e parte do minguado salário para ir

aos atos. Até o final de abril a campanha de assinaturas para o PL do salário mínimo da CUT era pouco conhecida até mesmo dos dirigentes sindicais, o que impediu que ela fosse um elemento mobilizador, tanto para criar obstáculos à ação de Collor no Congresso Nacional quanto para animar os trabalhadores a se reunirem em manifestações como as do 1º de maio.

Agora a retomada da mobilização dos trabalhadores em cima de suas reivindicações concretas - começando pelo salário mínimo mas avançando para propostas unitárias de retomada do crescimento econômico a partir de setores como o da construção civil-recoloca, não apenas para as entidades sindicais mas também para os partidos de esquerda e para os movimentos populares, a responsabilidade de manterem permanente contato com os interesses mais imediatos da população, que não costuma negar fogo quando está consciente da necessidade de defender, na luta, a satisfação de seus direitos.

**José Rocha Cunha**  
assessor da Secretaria Sindical Nacional

## As divergências cutistas

*O "Fora Collor" foi o pomo da discórdia*

**A**lém de todas as dificuldades de mobilização, o 1º de maio deste ano trouxe uma novidade em São Paulo: a realização simultânea de manifestações na Praça da Sé e em São Bernardo, ambas convocadas pela CUT. Até aí, tudo bem, não fosse o fato de que a existência de atos separados foi provocada por divergências entre as instâncias da Central, dando sequência a um conflito que já vem de antes do 4º CONCUT e que já havia se manifestado por ocasião das manifestações anti-

recessão, em março.

O pomo da discórdia foi a insistência da CUT Regional da Grande São Paulo em utilizar a palavra de ordem "Fora Collor!" como eixo da manifestação, contrariando decisão das direções nacional e estadual, que haviam optado por uma linha de oposição a Collor, de combate a cada uma de suas políticas e de articulação de propostas alternativas dos trabalhadores, linha esta já adotada pelo 4º CONCUT, realizado em setembro do ano passado.

Reunida nos dias 13, 14 e 15

de maio a Executiva Nacional da CUT terminou por não adotar qualquer posição quanto à "insubordinação" da CUT Regional, remetendo a discussão para a Plenária Nacional de 15, 16 e 17 de julho, cuja pauta já está recheada de temas tão ou mais polêmicos, como a filiação da CUT à CIOSL, quota de 30% para mulheres nas instâncias de direção, proporcionalidade em todos os níveis, convenções unitárias para tirada de chapas cutistas, entre outros.

(JRC)



# Mínimo de salário, máximo de fisiologia

**D**urante as votações do projeto governamental de salário mínimo na Câmara, o deputado Delfin Netto (PDS-SP) comentava sem meias palavras: "Essa vitória custou ao governo 1% do PIB nacional". Atento às negociações entre o Planalto e os parlamentares fisiológicos - inclusive do seu partido - o ex-ministro do regime militar sabia o que estava dizendo.

Não tardavam os anúncios de loteamento de cargos do segundo escalão em vários órgãos federais. Outros empregos foram recuperados em meio à votação, como o de um apadrinhamento do senador Aureo Melo (PRN-AM), que havia sido demitido da diretoria do Banco da Amazônia. O líder do bloco parlamentar que sustenta o governo na Câmara, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) e o recém-nomeado secretário nacional de comunicações, Nelson Marchesan, não exibiram pruridos ao abrir nova temporada de concessões de emissoras de rádio e televisão. Governadores do PMDB que conseguiram o voto de seus deputados em favor do projeto de salário do governo, foram aquinhoados com verbas especiais pelo presidente Collor.

Nunca foi tão explícita a política do "é dando que se recebe", nem tão alta a conta que será paga pelo contri-

buinte. Mas o governo conseguiu o que queria: a emenda instituindo reajustes bimestrais, aprovada uma semana antes pelo Senado com apoio das centrais sindicais e partidos de oposição, foi derrotada na Câmara por 229 votos a 197, com cinco abstenções e 69 preciosas ausências. Pelo projeto aprovado, os trabalhadores perdem, mensalmente, mais de 20% de um salário de 75 dólares. Ao cabo dos quatro meses, o salário voltará ao vergonhoso ponto de partida: menos de 40 dólares mensais.

Inconformado com o resultado o PT apresentou, imediatamente após a proclamação do resultado da votação, um projeto assinado pelo líder da bancada, deputado Eduardo Jorge, restaurando a bimestralidade. Resta ainda a esperança de que o agravamento da miséria possa recolocar a questão do salário na ordem do dia, antes dos quatro meses. Naquela noite de 6 de maio, enquanto os trabalhadores amargavam a derrota, houve festa em Brasília.

Depois de comemorar sua vitória no plenário da Câmara aos gritos e gargalhadas, os governistas brindaram entre goles de um excelente wisky (o preferido de Collor) ao custo de um salário mínimo a garrafa.

Marcio Araujo



## Como votaram os partidos

A emenda do senado que instituiu a bimestralidade no reajuste do salário mínimo foi rejeitada por 229 votos a 197 (cinco abstenções). Os votos das bancadas, de acordo com levantamento realizado pela liderança do PT na Câmara, através da lista oficial de votação, foram os seguintes:

PT - 35 SIM / 01 ausência (justificada por problema de saúde)  
 PMDB - 63 SIM / 22 NÃO / 01 abstenção / 16 ausências  
 PSDB - 30 SIM / 04 NÃO / 01

abstenção / 05 ausências  
 PDT - 31 SIM / 01 NÃO / 00 abstenção / 09 ausências  
 PSB - 08 SIM / 03 ausências  
 PST - 07 SIM / 02 ausências  
 PCdoB - 05 SIM  
 PDS - 06 SIM / 23 NÃO / 11 ausências  
 PTB - 02 SIM / 29 NÃO  
 PDC - 03 SIM / 13 NÃO / 02 ausências  
 PTR - 12 NÃO / 02 ausências  
 PL - 15 NÃO / 03 ausências  
 PRS - 02 NÃO / 01 abstenção  
 BLOCO - 107 NÃO / 6 SIM / 14 ausências

## Centrais sindicais tentam recuperar o salário mínimo

*O PT também está nesta briga por um mínimo de dignidade*

**P**assado um primeiro momento de perplexidade com a aprovação da proposta de salário mínimo do governo no Congresso Nacional - vide matéria nesta página - a CUT, a CGT e a CONTAG estão intensificando a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular de "reajuste e recuperação gradual do valor do salário mínimo" elaborado pelas 3 entidades.

Este projeto - com base no qual a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados elaborou sua proposta, posteriormente modificada em Plenário - estabelece o 1º de maio como data-base do SM, institui o Índice para Reajuste do Salário Mínimo - IRSM/IBGE - e determina que o primeiro reajuste (maio/92) seja feito pelo IRSM atualizado pela sua variação acumulada nos

primeiros meses do ano, acrescido de aumento real (30% da variação da cesta básica alimentar em cruzeiros).

Segundo o Projeto, o SM será automaticamente reajustado sempre que o IRSM/IBGE atingir os 20%; a cada 3 meses pela variação integral do IRSM/IBGE (caso não tenha atingido os 20%); e aumentos reais de 30% da variação da cesta básica alimentar a cada bimestre até 1995 e de 100% da variação da cesta básica alimentar a cada bimestre até alcançar o valor real de 5.4 salários mínimos de janeiro de 1992-atualizados pelo IRSM/IBGE. Quanto ao salário mínimo em vigor - CR\$ 230.000,00- ele valia US\$ 88,00 em 1º de maio; já estará valendo apenas US\$ 73,00 quando o trabalhador o receber, em 5 de junho; e chegará aos US\$ 45,00 quando do próximo reajus-

te, em 1º de setembro, segundo dados da CUT. O objetivo era conseguir 1 milhão de assinaturas de eleitores - mínimo exigido por lei - até 20 de maio, mas -segundo a CUT- o resultado até aquela data foi "decepcionante". Por esta razão o prazo foi prorrogado por mais 2 semanas.

A programação das atividades da campanha está a cargo das CUT Estaduais -coordenadas pela CUT Nacional- e das instâncias regionais das demais entidades, de acordo com um objetivo de assinaturas que, no caso da CUT, chega a 7% da base em cada estado.

O Diretório Nacional do PT, reunido em 8 e 9 de maio, aprovou uma Campanha Nacional Por um Salário Mínimo Decente, a ser detalhada pela Comissão Executiva Nacional, que pre-

vê, entre outras atividades, a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei da CUT; a elaboração de projetos da bancada do PT no mesmo sentido; confecção de material de propaganda; pronunciamentos de prefeitos e parlamentares nas tribunas e nos meios de comunicação etc. Paralelamente, a Secretaria Sindical Nacional orientou todos os diretórios estaduais a se integrarem o mais rapidamente possível às atividades programadas pela CUT.

As prefeituras administradas pelo PT, muitas delas com poucos recursos disponíveis, já pagam um salário mínimo superior ao de Collor. Nosso partido tem, portanto, todas as condições de enfrentar de peito aberto essa briga por um mínimo de dignidade para essa enorme parcela da classe trabalhadora.

(JRC)

# O PT, o Movimento Popular e a Conam

*A Conjuntura das Lutas Urbanas*

*Não há como investir no processo de consolidação da Conam enquanto esta entidade apresentar uma prática contraditória à concepção petista do papel e do caráter do movimento popular*

O capitalismo, visando manter o seu projeto de dominação, impõe à sociedade uma atomização cada vez maior das ações coletivas e individuais. A falta de uma política agrícola séria, o êxodo rural, aliado à crise do capitalismo, provoca o desemprego em massa e o inchaço das cidades.

A cidadania se afoga em um mar de injustiças sociais e violência que o sistema procura vender como natural. A luta pela sobrevivência exige cada vez mais, bloqueando em muitos a vontade de lutar e até mesmo de sonhar. Velhas práticas clientelistas e de industrialização da miséria encontram aí o seu espaço.

Mas a crise é tão grande que a luta organizada se transforma numa necessidade vital para a sobrevivência de milhões de brasileiros.

Existe em nosso país, um número imenso de lutas e formas de organizações populares. São as associações das lavadeiras, de Direitos humanos, de Meninos e Meninas de rua, de Portadores de Deficiência, de Libertação da Mulher, do Negro, Associações de Defesa do Consumidor, Movimentos de Moradia, Saúde, Saneamento, Educação, Transporte, Aposentados, Mulheres da Periferia, Prostitutas, Homossexuais, Ecologia, enfim, centenas de tipos e formas e as Associações de Moradores, o Movimento Comunitário, Sociedade de Amigos e Movimentos de Favelas. Em 1991 centenas de fatos ocorreram no país que expressam o que afirmamos anteriormente. Podemos destacar as ocupações de terra, os encontros regionais e nacionais de diversos movimentos, as conferências de saúde e o SOS Vida em diversos estados, é

necessário destacar em especial acontecimentos como a 1ª Jornada de Luta pela Terra, a Segunda Plenária Nacional de Movimentos Populares, o Fundo Nacional de Moradia Popular e a Caravana da Moradia a Brasília para a construção da ponte entre as reivindicações locais e as lutas gerais.

Neste particular, as Associações de Moradores ou o Movimento Comunitário, representam uma das formas de organizações tradicionais em alguns estados do Brasil, mais fortemente no RJ e RS. Este movimento representa uma das formas onde a população pode organizar-se por proximidade, que é por local de moradia.

Enquanto o Movimento Sindical luta por melhores condições de trabalho, estabilidade e salário etc e atua na esfera de produção, o Movimento Popular luta por melhores condições de vida, na esfera de circulação das mercadorias e reprodução da força de trabalho.

Por isso, o Movimento Popular se propõe ser um dos interlocutores das lutas organizadas e articuladas na sociedade, para fazer valer o direito dos trabalhadores nas áreas de saúde, moradia, educação, transportes, saneamento, na proteção da natureza e meio ambiente e contra qualquer tipo de discriminação. Isto define o papel estratégico do Movimento Popular.

Na concepção petista, mesmo um estado e partidos democráticos e populares necessitam ser confrontados por uma sociedade civil forte, organizada e autônoma.

Neste ano já se desenham várias lutas e movimentos nos quais a nossa intervenção é importante para o avanço na democratização do estado e a elaboração de uma

cultura que resgate o exercício pleno da cidadania. Entendemos que a verdadeira democracia política só será alcançada com uma democracia econômica e social. É imperativo que se combine as reivindicações materiais a elementos políticos. A unificação das lutas expressa em nossa intervenção massiva na caravana de mulheres a Brasília, na Jornada Nacional de Luta pela Terra, nas manifestações de 1º de Maio, nos 500 anos de resistência, nos SOS Vida, nos Encontros de Mulheres, na intervenção na ECO-92 (entrega do documento sobre a Questão Urbana elaborado pelo Fórum Internacional de Reforma Urbana).

## ***A Estratégia do Movimento Comunitário***

O Movimento Comunitário, com suas organizações de base por local de moradia, representa o núcleo básico onde a população pode organizar-se mais imediatamente. Ampliando e relacionando-se com outros movimentos, desenvolvendo lutas gerais unificadas de modo amplo, global e mesmo nacional este movimento pode superar a tendência ao imediatismo, corporativismo e isolamento e coloca-se numa perspectiva estratégica de construção de uma sociedade sem exploração ou dominação.

Ao afirmar a necessidade do processo de construção do caráter estratégico do Movimento Popular o PT rejeita antigas concepções onde o movimento é visto como instrumento tático usado como massa de manobra por vanguardas partidárias, traduzindo velhos conceitos de correia de transmissão das orientações do partido às massas. É dentro desta postura que queremos avaliar a



possível participação de militantes petistas no Congresso da Conam, convocado para este ano.

O PT renega as visões que vêem o movimento popular como um mero apêndice tático as suas próprias políticas. Ao entendermos o movimento como estratégico para a construção do socialismo nos defrontamos com a necessidade de impulsionar grandes mobilizações de massas, mas garantindo a autonomia do movimento.

Queremos construí-lo com militantes sujeitos de seu próprio processo, aprofundando sempre a discussão do papel do movimento popular na construção do socialismo, e criando a sua própria identidade. Os movimentos populares ocupam um papel estratégico na transformação da sociedade. Sintetizam a gama de anseios e reivindicações de uma população explorada e humilhada. Questões como raça, gênero, moradia, saúde, lazer e outras, são usadas para justificar e até mesmo reforçar o sistema de dominação.

Por contestarem e atuarem globalmente nestas frentes os movimentos populares assumem um papel estratégico na construção da sociedade socialista. O movimento não é um simples ator a representar o papel dos oprimidos, mas sim o sujeito de uma história de lutas que liberta do jugo e da opressão.

A Conam tem se caracterizado desde a sua fundação, por práticas que contrariam essencialmente as concepções expressas acima.

-Atribui ao movimento popular o papel de instrumento tático e massa de manobra de vanguardas políticas que carregam "delegados" em seus Congressos aos caminhões, sem definição de critérios de representatividade ou debate político.

-Ausência de discussão política nos congressos, onde o debate é subsidiado pela disputa de aparelho onde o cadeiraço é válido como método de convencimento.

A Conam foi fundada no chamado 1º Congresso, em 1982,

sem qualquer discussão na base do movimento, as Associações de Moradores. Nesse evento valeu tudo. Cadeiraços, socos, pontapés, agressões físicas de todo o tipo foram os argumentos mais convincentes. Serviu muito mais para a potencialização da eleição de Franco Montoro ao Governo de São Paulo do que aos propósitos do Movimento, num duro e traiçoeiro golpe nos princípios de **Autonomia e Independência**. Com isso ela já nasce desgastada.

O chamado 2º Congresso foi em 1985. Os setores que defendem, na prática, os princípios de Independência e Autonomia do Movimento Comunitário, propunham sua realização de março em diante, após adequada preparação nas associações de moradores e federações estaduais. Os outros forçaram sua realização em janeiro, dias antes das eleições para Presidente da República, via colégio eleitoral.

De novo o Movimento Comunitário era usado como massa de manobra. Mas a escassa participação levou seus preparadores a convocar outro para 86. Esse, que se chamou 3º Congresso, padeceu dos mesmos males dos anteriores. Não teve regimento interno nem plenária final para discutir e aprovar os trabalhos de grupo. Sua abertura serviu de palco para o lançamento do tíquete do leite, do plano cruzado e dos fiscais do Sarney.

Por fim, o dito 4º Congresso, em 89, foi o pior de todos. Não teve plenária de abertura, nem trabalhos de grupo, nem regimento interno, nem plenária final. Foi a mais completa baderna, promovida pela direção do movimento, dividida em chapas que só tinham um objetivo o controle do aparelho, como das outras vezes.

Nunca o movimento tinha sido tão espezinado pela sua própria vanguarda. Foi aprovada uma moção da bancada da Fracab, por maioria, declarando não ter havido Congresso. Não se consegue entender como foi eleita uma diretoria e mudados os estatutos. Na ata, a parte da moção que



declara a inexistência do Congresso foi omitida.

Nunca houve discussão política nesses eventos cujo único objetivo sempre foi o controle do aparelho e não a elaboração de diretrizes para a construção de um movimento independente, autônomo, combativo, com caráter de classe, articulado na ação concreta em busca de transformação da Sociedade, com a efetiva construção da Soberania Popular. Pelas razões acima expostas a Secretaria Nacional de Movimentos Populares vê com dificuldade que se invista no processo de consolidação da Conam, enquanto esta entidade apresen-

tar uma prática visceralmente contraditória a concepção petista do papel e do caráter do movimento popular.

De acordo com as diretrizes aprovadas no Congresso do PT entendemos que este debate deve ser lançado aos militantes petistas dos movimentos populares. Esperando concluí-lo de forma madura na Plenária Nacional em junho.

Este texto é uma contribuição da Sub-Secretaria Nacional de Lutas Urbanas para este debate.

**Secretaria Nacional de Movimentos Populares**  
**Sub-Secretaria Nacional de Lutas Urbanas**

## Juventude em Campanha

**E**stá iniciada a campanha "Juventude, Cidadania Liberdade e Vida", com o lançamento do cartaz geral e o do voto aos 16 anos. Esta foi uma das principais resoluções do I ENEPT (Encontro Nacional de Juventude do PT). A campanha tem cinco eixos prioritários nos quais devemos centrar fogo em todo o país, atraindo outros setores da sociedade e o conjunto do partido.

O desenvolvimento desta campanha é uma das principais diferenças do Plano de Trabalho de 92 em relação a 91, pois no ano passado tivemos atividades mais internas e agora decidimos aparecer com cara própria na sociedade, como juventude e como petistas.

Mas para a campanha conseguir decolar de fato é necessária a participação efetiva dos coletivos estaduais e municipais e as respectivas direções partidárias. Para tanto, os estados devem escolher um eixo prioritário e procurar promover atividades como debates, atos, shows, seminários etc e produzir materiais como panfletos, botons, cartazes.

Alguns estados já definiram suas prioridades como Bahia (1º emprego), Rio de Janeiro, Minas e Goiás (meio ambiente) e Rio Grande do Sul (educação). São Paulo já marcou um ato-show para junho.

A nível nacional, produzimos dois cartazes: um geral e um do voto aos 16 anos (o último impresso pelo DR/SP). Agora estamos procurando outros DR's para assumirem cartazes dos outros eixos da campanha. Além disso, as lojinhas do PT nos estados devem ser estimuladas a produzirem materiais



**16 = X**

**Voto aos 16 anos.  
Seu xisinho nunca valeu tanto.**

- X Respeito ao meio ambiente
- X Defesa dos direitos da criança e do adolescente
- X Mais empregos e melhores condições de trabalho
- X Escola pública gratuita, democrática e de qualidade

**Tire seu título até 24/06  
no Cartório Eleitoral  
de sua cidade.**



**Jovem como você**

promocionais a partir de *slogans* dos eixos da campanha assim como com a marca da SNJ.

Além dos meios criados especialmente para divulgar a campanha é fundamental que utilizemos também os meios normais, como jornais e boletins das instâncias partidárias, mandatos parlamentares, pronunciamentos nas assembleias e câmaras, além de outros órgãos de imprensa.

Porém, num ano eleitoral como

este, os eixos da juventude não podem ficar de fora das campanhas partidárias. Todo comitê majoritário deve assumir esta campanha, devendo haver ainda um estímulo para que os candidatos a vereador também reproduzam nas suas áreas, especialmente aqueles que tem uma atuação mais forte junto aos jovens.

Os eixos prioritários:

1. **Primeiro emprego** - Desvio de Função: isonomia salarial; remunera-

ção de estagiários; garantia de condições para estudar; sindicalização; pré-sindicalização via grêmios; CAs e DAs; defesa do direito de associação sindical para estagiários.

2. **Educação** - Integrar-se à campanha nacional que já vem sendo encaminhada pelo PT, adendando bandeiras específicas como o passe livre escolar para garantir ao estudante ir e vir à escola, entre outras; e organizar a luta contra a iniciativa privatizante, garantindo ensino público e gratuito e a democracia das universidades públicas.

3. **Meio Ambiente** - Campanha a ser encaminhada em conjunto com a Sub Secretaria de Meio Ambiente do PT, intervindo com bandeiras partidárias e dando destaque à Eco-92.

4. **Direitos da Criança e do Adolescente** - Esclarecer sobre o Estatuto do Menor; implementar os Conselhos; luta contra a discriminação e o extermínio de menores que, no caso brasileiro, significa principalmente o extermínio de menores negros. Luta contra a pena de morte. Fim do serviço militar obrigatório e dos aparelhos de repressão do Estado; Fim das indústrias bélicas e por sua transformação em indústrias que atendam às demandas sociais. Pela redução da dotação orçamentária para as Forças Armadas. Pelo fim do Programa Nuclear. Responsabilidade social do Estado na prevenção da AIDS.

5. **Alistamento eleitoral** - Cadastramento eleitoral dos jovens a partir dos 16 anos. Esclarecimento sobre a posição do voto participação política do jovem, contra o abstencionismo e pelo voto nos candidatos socialistas.

Jorge Almeida

### Juventude e Prefeituras

Está marcado para os dias 3 e 4 de julho a realização do "Seminário Sobre Políticas das Prefeituras para a Juventude", numa promoção conjunta da SNJ e SNAI (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais). O Seminário terá a participação de representantes das prefeituras petistas e visa trocar experiências e elaborar propostas de políticas concretas a serem incorporadas nos programas eleitorais e planos de ação de nossas futuras administrações. Os detalhes da pauta serão definidos a partir dos contatos que estamos fazendo com as Prefeituras e instâncias da Juventude. Outras informações com a SNJ, SNAI ou GTE-92 (Grupo de Trabalho Eleições 92) ou com a SEJ do seu Estado.

### Curso de Monitores

Foi realizado no INCA, de 27 de abril a 3 de maio, a "Etapa Especial" do curso de formação de monitores da SNJ, contando com a presença de 10 companheiros e 6 companheiras de 7 Estados. Agora, a última etapa do curso, que será realizada de 8 a 14 de junho, contará com a presença de 30 militantes de 11 Estados (PA, BA, AC, MS, GO, MG, ES, RJ, SP, SC e RS).

### Agenda do Jovem Petista

- 20 de maio - Dia Nacional de Luta: "Fora Collor e Goldemberg, em Defesa da Escola Pública
- 28 a 31 de maio - 42º CONUNE (Niterói/RJ)
- 3 de junho - Abertura da ECO-92 (Rio de Janeiro)
- 8 a 14 de junho - 3ª etapa do curso de monitores (INCA-SP)
- 11 de junho - Plenária Nacional de Secundaristas do PT (RJ)
- 12 e 13 de junho - CONEG da UBES (Rio de Janeiro)
- 24 de junho - Encerramento do prazo de alistamento eleitoral
- 3 a 4 de julho - Seminário Juventude e Prefeituras (São Paulo)
- 21 a 24 de julho - Congresso da JOC